



BOLETIM 488

Brasília, 8 de janeiro de 2018



CONTRICOM retomou suas atividades normais em Brasília nesta segunda (8)

A CONTRICOM retomou suas atividades normais em sua sede nacional em Brasília (DF) nesta segunda-feira (8). O presidente Altamiro Perdoná e o secretário de Finanças, Aroldo Pinto Garcia, iniciaram os trabalhos da diretoria residente com a reorganização da sede e a definição de algumas metas para 2018.

Segundo o presidente da entidade, “2018, como já era previsto, será um ano de grandes desafios para os trabalhadores

e, conseqüentemente, para o movimento sindical como um todo”.

“Nós, da CONTRICOM, queremos contribuir com a luta de nossos trabalhadores, uma das categorias mais afetadas pela crise nacional, para tentar anular os efeitos perversos da reforma trabalhista e barrar a reforma da Previdência que pretendem aprovar no reinício dos trabalhos do Legislativo”, afirmou Altamiro.

O dirigente sindical reafirmou que “a nossa disposição e de toda nova diretoria que assumiu o comando da entidade no final do ano passado é de fazer com que a CONTRICOM seja protagonista da luta pela recuperação dos empregos dos nossos trabalhadores e a defesa de seus direitos. É com esse objetivo que iniciamos os nossos trabalhos em 2018, desejando a todos muita paz, felicidades e disposição de luta”.

Já no início de 2018, o presidente da CONTRICOM pretende realizar uma agenda de audiências em Brasília com autoridades governamentais, parlamentares, representantes de entidades classistas, entre outras, com o objetivo de apresentar as propostas da entidade para o ano que se inicia.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Perspectivas para 2018 desmentem discurso otimista do governo e mídia



Apesar de o governo e a mídia tradicional adotarem discurso otimista de retomada do crescimento e melhora generalizada da economia e do emprego, as expectativas para 2018 não prometem dias melhores para o trabalhador brasileiro.

Michel Temer e aliados defenderam desde a posse, em 2016, que a terceirização e a reforma trabalhista seriam modernizadoras e promoveriam mais ocupações.

Mas, aprovadas essas reformas, e após o fim de 2017, a previsão de analistas aponta para efeito contrário: demissões em massa e extinção de empregos formais. “Não houve uma dinamização do mercado de trabalho. Pelo contrário, há exemplos de empresas que demitem trabalhadores formais para recontratar ganhando menos ou de maneira informal. A promessa do governo dá indícios de que não vai se cumprir, e vai ocorrer na verdade a deterioração das relações do trabalho. Quem perde é o trabalhador”, avalia o professor de Economia da Unicamp Guilherme Mello, na TVT.

Segundo o último balanço do IBGE, o desemprego ficou em 12% no trimestre encerrado em novembro de 2017. O índice se mantém acima de igual período de 2016 (11,9%).

Para Clemente Ganz Lúcio, diretor técnico do Dieese, a Petrobras tem hoje uma atuação “de empresa cada vez mais privada”. A estatal fixa os preços livremente, considerando os resultados

mais interessantes para os acionistas do que para o consumidor brasileiro.

Lúcio destaca o impressionante aumento de gás de cozinha e gasolina como itens que sacrificam ainda mais o trabalhador num cenário de perspectivas já difíceis, já esses preços afetam diretamente a rotina das pessoas e da economia como um todo.

Nos últimos cinco meses, o reajuste do botijão chegou a 68% e a tendência para 2018 não é das melhores.

O preço final dos combustíveis hoje vendidos na bomba do posto de gasolina está “indexado” ao preço internacional. O Brasil sempre administrou preços de combustíveis de acordo com as necessidades do país, mas, agora, “o golpe atrelou aos preços internacionais”, como têm avaliado lideranças dos petroleiros.

Para a população mais pobre, a política posta em prática pelo atual governo e pela Petrobras tem consequências dramáticas. Setores mais carentes chegam hoje a trocar o gás por lenha.

Mesmo com perspectivas pessimistas, baseadas na realidade, e informações como essa, o governo continua fazendo o discurso de que a recessão acabou e que 2018 será de crescimento e geração de emprego.

Fonte: Rede Brasil Atual



PNAD de novembro: nada de carteira assinada. Só trabalho precário!

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou no apagar das luzes de 2017 o retrato da destruição da economia nacional provocada pela insistência do governo Temer em manter o país atrelado à orgia neoliberal. Estamos literalmente no fundo do poço em termos da precarização da mão de obra. Assistimos pequenas oscilações, hora para cima, hora para baixo, mas sempre mantendo a queda do emprego formal.

Este é o caso da variação da chamada população desocupada, que, no ano passado era de 12,1 milhões de pessoas, chegando a 12,6 milhões no trimestre de agosto a outubro, e que agora teve uma pequena redução de 0,6 ponto percentual no trimestre de setembro a novembro, em comparação com o período anterior. A taxa de desocupação (que não deve ser confundida com número de pessoas sem ocupação), que era de 11,9% no ano passado, foi a 12,6% no trimestre de julho a setembro e agora está em 12%.

A variação da população desocupada, verificada neste trimestre, infelizmente, como já havíamos dito ao comentar o resultado divulgado em outubro, não significou uma melhora da economia, como alardeiam os falsários do Planalto e seus marqueteiros. As 543 mil pessoas que deixaram a população desocupada, não encontraram um emprego de verdade. Elas foram se virar como puderam para não morrer de fome, no chamado trabalho informal ou no trabalho por conta própria. Nesta categoria estão aquelas

pessoas que conseguem algum serviço temporário, ou um bico, por no mínimo uma hora por semana.

Neste mesmo trimestre, houve também um crescimento de 3,8% no número de trabalhadores sem carteira assinada, atingindo 11,2 milhões de trabalhadores nessas condições.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD) Contínua, que compara um trimestre com o trimestre precedente e com o mesmo período do ano anterior, o número de empregados com carteira de trabalho assinada (33,2 milhões) não variou frente ao trimestre anterior (junho-julho-agosto de 2017). Ou seja, não houve criação de empregos com carteira assinada. E, se comparado com o mesmo trimestre de setembro a novembro de 2016, 857 mil pessoas perderam o emprego com carteira assinada (-2,5%). Só neste ano 640 mil pessoas deixaram de ter emprego com carteira assinada (33,85 mil em janeiro e 33,21 mil em novembro).

Já o número de empregados precários, ou seja, sem carteira de trabalho assinada (11,2 milhões de pessoas), que, como os que trabalham por conta própria, são consideradas como ocupadas, cresceu 3,8% em relação ao trimestre anterior (mais 411 mil pessoas). Em relação ao mesmo trimestre de 2016, subiu 6,9%, ou seja, mais 718 mil pessoas. Neste mesmo período, como dissemos antes, 857 mil pessoas perderam o emprego com carteira assinada, isto é, aqueles empregos reais, que eram protegidos pela CLT.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Balança comercial mostra Brasil andando para trás

A balança comercial brasileira fechou 2017 com um saldo de US\$ 67 bilhões e o governo soltou rojões como se estivéssemos no melhor dos mundos. E, como de costume, tentou pela enésima vez ligar este resultado das vendas externas com uma inexistente retomada do crescimento econômico interno. Infelizmente, como tudo na administração Temer, os foguetes não passaram de mais uma farisaica encenação.

Os dados falam por si. Os principais responsáveis por este resultado são produtos primários e semifaturados. Este setor apresentou em 2017 uma significativa recuperação de preços, em relação ao ano anterior. Houve em 2017, segundo dados do Ministério da Indústria Comércio Exterior e Serviços, um aumento médio de 10,1% dos preços da pauta de exportação do país. O volume de produtos exportados, por sua vez, cresceu a um ritmo menor, de 7,6%.

A recuperação dos preços dos produtos primários se deu principalmente pela demanda da China, atualmente o principal parceiro comercial do Brasil. Os preços do minério de ferro vendidos no país asiático tiveram aumento de 40,9%, o petróleo bruto de 32,2%, a celulose de 11,3%, o açúcar bruto de 10,7%, e os semimanufaturados de ferro e aço de 34% na comparação com 2016.

As vendas para a China cresceram 35,3%, chegando a US\$ 50,2 bilhões contra importações de US\$ 26 bilhões. Os principais produtos exportados foram soja em grão, petróleo bruto, minério bruto, carne bovina, celulose, minério de manganês, hidrocarbonetos, ferro-ligas, óleo de soja bruto, tripas e bichos de animais, miudezas



de animais, algodão bruto e minério de cobre. Uma pauta de país atrasado, dependente e vulnerável.

Quem puxa o crescimento é a indústria. Não é o setor primário e o comércio exterior que vão sustentar o crescimento do país. Essa polêmica já foi muito bem resolvida por Roberto Simonsen contra Eugênio Gudin, na década de 40.

Tirando o petróleo bruto, que deveria estar sendo processado dentro do Brasil, mas não está – prejudicando as nossas refinarias –, o resto da pauta das vendas externas do Brasil de hoje é muito semelhante a que tínhamos antes da Revolução de 1930, quando o país ainda não tinha uma indústria digna deste nome. Depois de Getúlio, crescemos cinco décadas. Agora, com a desindustrialização acelerada, fruto da submissão ao neoliberalismo, a pauta de exportação brasileira voltou a ser cada vez mais primária.

Pelo lado das importações o que se verifica é que o país não está comprando máquinas e equipamentos, num sinal claro de que continuamos sem investimentos e estagnados. É o que revela também o mesmo relatório do governo.

Fonte: Comunicação CONTRICOM



Quem é **Cristiane Brasil**, a nova ministra do Trabalho

A deputada Cristiane Brasil (PTB-RJ), filha de Roberto Jefferson, condenado no episódio do Mensalão, toma posse amanhã em Brasília como ministra do Trabalho do governo Temer.

Ela assume o lugar de Ronaldo Nogueira, que pediu demissão alegando que irá se dedicar à sua campanha pela reeleição à Câmara dos Deputados.

Jefferson disse que a nomeação de sua filha é um “resgate” à sua imagem após o mensalão. O dirigente do partido foi o pivô do escândalo político iniciado em 2005 e chegou a ser condenado e preso. “É o orgulho e uma emoção que me dá. É o resgate, sabe querida, é o resgate. Fico satisfeito”, disse Jefferson de acordo com informações veiculadas pela imprensa.

O nome da deputada foi levado ao presidente Michel Temer em uma reunião no Palácio do Jaburu no início do ano entre Temer e Jefferson, presidente nacional do partido. Ainda segundo declarações de Jefferson à imprensa, Temer consultou o líder do PTB na Câmara dos Deputados, Jovair Arantes (GO), e telefonou para

nova ministra para saber se eles aceitariam o convite. E teve resposta afirmativa de ambos.

Cristiane encerra em 2018 seu primeiro mandato como deputada federal, foi eleita em 2014 justamente defendendo o legado do pai, que teria sido vítima de uma injustiça ao denunciar para a imprensa o mensalão.

Em 2015, seu primeiro ano, Cristiane foi autora de uma PEC que restringe a reeleição de presidente, governadores e prefeitos. Pelo texto, só seria permitida a candidatura “para um único período subsequente, sendo proibida, a reeleição por períodos descontínuos”.

No ano seguinte, Cristiane era também presidente de seu partido, o PTB e um de seus últimos atos à frente da sigla foi justamente fechar a questão a favor do impeachment da então presidente Dilma Rousseff.

Na votação na Câmara, no dia 17 daquele mês, Cristiane usou o símbolo dos favoráveis à saída da ex-presidente, a camisa da seleção brasileira, para declarar seu voto. No discurso, lembrou a cassação do mandado do pai, onze anos antes, e votou pelo afastamento de Dilma em “homenagem” ao pai.

Em 2017 Cristiane apoiou o governo de Michel Temer em questões decisivas, como a PEC do Teto dos Gastos Públicos e a terceirização para todas as atividades. Votou também a favor da reforma trabalhista e contra a abertura de investigação de Temer, que poderia afastá-lo da presidência da República.

Suplente é irmão de Garotinho - Com a ida para o Ministério, Cristiane deixa aberto seu lugar na Câmara, que será ocupado pelo suplente Nelson Nahin (PSD-RJ), irmão do ex-governador do Rio de Janeiro Anthony Garotinho.

Fonte: Carta Capital

Temer sanciona lei que dá R\$ 1 trilhão de presente para múltis do petróleo

Michel Temer sancionou praticamente na íntegra neste início de ano a lei originária da “MP do Trilhão”, Medida Provisória aprovada a toque de caixa na Câmara dos Deputados e que dá isenção por 22 anos para as multinacionais do petróleo com um prejuízo para o país de cerca de R\$ 1 trilhão, segundo estudo feito pela consultoria legislativa. Os vetos de Temer são em questões secundárias.

Mas não ficou só nesse prêmio trilionário as benesses que o governo deu de presente para as petroleiras estrangeiras. Além de estender para 2040 as isenções fiscais na compra de equipamentos, a lei altera o cálculo de impostos sobre o lucro das petroleiras, atendendo gentilmente a demanda das integrantes do cartel chefiado pela Shell e Exxon.

A entidade que representa as multinacionais no Brasil, o IBP (Instituto Brasileiro do Petróleo) comemorou a sanção da lei por Temer mas disse que quer mais. Em nota afirmou que “continuará trabalhando para futuras reduções no contencioso tributário do setor”. Traduzindo, não querem pagar os impostos para frente e nem o que estão devendo para trás e não pagaram.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

FOLHA DE S. PAULO

DE REDAÇÃO: OTAVIO FREAS FILHO ANO 97 • TERÇA-FEIRA, 26 DE DEZEMBRO DE 2017 • Nº 32.409 EDIÇÃO SP/DF • CONCLUÍDA ÀS 08 • R\$ 4,00



Sete entre dez brasileiros rejeitam privatizações de estatais, apura Datafolha

Segundo a pesquisa divulgada pelo Datafolha no final do ano passado, “a privatização de estatais sofre resistência inclusive de eleitores de partidos e políticos favoráveis à venda das estatais”. Entre os eleitores do PSDB, 37% se declararam a favor, enquanto 55% se disseram contra. Mesmo entre os abastados que consideram bom ou ótimo o governo de Michel Temer, independente do partido preferido, 51% se opõem às privatizações.

A pesquisa mostra também que a aceitação cai conforme diminui a renda familiar. Entre os brasileiros que ganham até dois salários mínimos, só 13% são a favor.

É natural que seja assim. A propriedade pública é o único remédio racional e sustentável contra a concentração da propriedade nas mãos de um punhado cada vez mais reduzido, porém mais voraz, de famílias.

Fonte: Comunicação CONTRICOM



Governo nega ajuda de R\$ 600 milhões ao RN e paga R\$ 29,1 bilhões de juros

No mesmo dia em que o Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, negou-se a transferir R\$ 600 milhões para enfrentar uma calamidade social no Rio Grande do Norte, onde não há dinheiro nem para os salários dos servidores e a população está desesperada com o caos na segurança pública, o Banco Central divulga que apenas no mês de novembro o setor público gastou só com juros aos bancos a bagatela de R\$ 29,1 bilhões.

No ano esse valor chega a R\$ 367,5 bilhões e nos últimos 12 meses o setor público já transferiu aos banqueiros e rentistas R\$ 402 bilhões. Como se pode concluir, pode cair o mundo, pode morrer gente, podem as crianças não terem o que comer, podem as lojas serem invadidas, mas esses bilhões têm que ser rigorosamente transferidos dos cofres públicos para os banqueiros.

O pretexto para reter o dinheiro que seria enviado emergencialmente foi um parecer do Tribunal de Contas da União. O órgão orienta a União a não enviar os recursos, sob pena de conivência no desrespeito à Lei de Responsabilidade Fiscal. A mesma que diz explicitamente que a prioridade total do governo deve ser o pagamento em dia dos juros da dívida.

O governo também foi buscar respaldo para negar ajuda ao Rio Grande do Norte no artigo 167 da Constituição. Este artigo veta o envio de dinheiro por parte dos governos estaduais e Federal para pagamento de despesas com pessoal

ativo, inativo e pensionista, dos estados, do Distrito Federal e também dos municípios. Ou seja, a sociedade pode ficar sem recursos emergenciais, sem segurança, mas os bancos não podem deixar de receber religiosamente os juros da agiotagem.

Até o momento, o que o governo federal se dispôs a fazer é um ridículo envio de tropas para o Estado. Como se isso fosse resolver o problema do atraso de pagamento dos salários dos servidores e, inclusive da polícia. Como bem disse um policial, “não estamos em greve. Estamos sem salários e sem condições de trabalhar”.

E, para completar o absurdo da prioridade aos bancos, o estrangulamento da economia do país não contribui um níquel para a redução da dívida. A dívida mobiliária federal interna fora do Banco Central, avaliada pela posição de carteira, totalizou R\$3.37 trilhões (51,7% do PIB) em novembro, registrando acréscimo de R\$60,6 bilhões em relação ao mês anterior. Ou seja, o país paga mais de R\$ 400 bilhões por ano de juros e a dívida segue crescendo.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

BOLETIM CONTRICOM

Presidente

ALTAMIRO PERDONÁ

Secretário Geral

MIRALDO VIEIRA DA SILVA

Secretário de Finanças

AROLD PINTO GARCIA

Secretário para Assuntos de Comunicação

WILSON GERALDO SALES DA SILVA

Redação e Edição

INSTITUTO DOIS CANDANGOS